

**NÃO À
REFORMA DA
PREVIDÊNCIA
ENGODO E TRAIÇÃO**

boletim

ADunicamp

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp □ Campinas, São Paulo □□ nº 12 □ 14/05/2003

ASSEMBLÉIA GERAL DELIBERA:

**1) 14,45% SEM POLÍTICA
SALARIAL É INSUFICIENTE**

ASSEMBLÉIA GERAL

Dia 16/05 (sexta-feira), às 12h00, no auditório da Adunicamp, com a seguinte pauta:

- 1) Avaliação da nova reunião com o CRUESP, em 14/05;
- 2) Indicativo de greve.

**2) PARALISAÇÃO CONTRA A
REFORMA DA PREVIDÊNCIA
DIA 15/05 (QUINTA-FEIRA)**

Com participação no Ato Público na Avenida Paulista, em São Paulo, às 15 horas.

Saída da sede da Adunicamp às 12h30 horas. Inscreva seu nome na lista do ônibus (por telefone: 3788-2476 ou 3788-2470; por email: diretoria@adunicamp.org.br ou pessoalmente na secretaria da Adunicamp).

DIA 15/05 (QUINTA-FEIRA):

**ASSEMBLÉIA UNIVERSITÁRIA
SOBRE A REFORMA DA PREVIDÊNCIA**

CICLO BÁSICO NOVO - 10 HORAS

DOCENTES CONSIDERAM QUE ASSIM NÃO ESTÁ BOM!

Pois é! 14,45% não recuperam nossas perdas nem mesmo de maio de 2002, menos ainda de maio de 2001, conforme reivindicamos. Com o índice proposto pelos reitores nossos salários valeriam apenas 94%, se comparados ao salário de maio de 2002... Partiríamos já com uma perda de 6% em nossa data base.

Foi considerando isto e, principalmente, a ausência de uma política salarial clara, com parâmetros e periodicidade definidos para recuperação de nossas perdas salariais, que os docentes presentes na assembleia do dia 13/05 votaram, por unanimidade, não aceitar a proposta apresentada pelo CRUESP: 14,45% isoladamente.

A assembleia, a que compareceram sessenta docentes – quase o dobro dos presentes em assembleias anteriores – ouviu o relato detalhado da reunião com o CRUESP feito pela presidente da Adunicamp, “uma reunião cordial e civilizada” mas que, como outras, frustrou as expectativas de repor perdas salariais e deixou em aberto o futuro de nossos salários.

Foi enfatizada, nas falas, a importância de termos parâmetros e periodicidade definidos para futuras reposições salariais para que não aconteça de, em curto espaço de tempo, estarmos, novamente, às voltas com juros de cheques especiais. A história de nossas lutas salariais mostra que não é possível confiar em compromissos vagos de “novas reuniões caso mude a arrecadação”.

Assim, a assembleia votou por continuar a mobilização em torno da Campanha Salarial, aguardando os resultados da reunião do Fórum das Seis

com o CRUESP que se realizará na tarde do dia 14/05. Estes resultados serão avaliados, assim como o indicativo de greve, em nova assembleia a se realizar na sexta-feira, dia 16/05.

Um segundo tema foi discutido na continuidade da assembleia: a proposta de Reforma da Previdência. A presidente historiou o que a Adunicamp vem fazendo, desde março, quanto ao tema que interessa aos docentes e ao futuro da Universidade Pública: o Ciclo de Debates, a série especial de boletins sobre a Reforma da Previdência, os adesivos que apontam o Engodo e a Traição da reforma proposta e atitudes mais agressivas do ponto de vista externo, como a Campanha de e-mails da Diretoria da Adunicamp encaminhada a todos os parlamentares e agora ampliada a jornalistas e outras figuras públicas (ver página da Adunicamp). Lembrou, ainda, da Campanha de e-mails a serem enviados pelos docentes que o desejarem aos parlamentares de todos os partidos, utilizando o endereço deputados@adunicamp.org.br.

Considerando a importância e a urgência de participar e engrossar os protestos contra a reforma da previdência enviada ao Congresso Nacional, a assembleia aprovou proposta de paralisação no dia 15/5, quinta-feira, para participar do ato organizado pelas entidades representativas do funcionalismo público, em São Paulo.

A assembleia votou, ainda, moções de repúdio às punições de parlamentares do PT e de protestos contra a violência que vitimou, recentemente, membros do corpo discente da Unicamp.

MOÇÃO DE REPÚDIO

Os docentes da Universidade Estadual de Campinas, reunidos em Assembleia Geral no dia 13 de maio de 2003, decidem manifestar seu repúdio ao modo como parlamentares do Partido dos Trabalhadores vêm sendo desqualificados e depreciados sob o rótulo de “radicais” por se manterem coerentes com as diretrizes históricas e programáticas do partido e por criticarem a proposta de Reforma da Previdência apresentada pelo Governo Federal ao Congresso. Esta proposta representa um ataque inadmissível a conquistas e direitos históricos dos trabalhadores brasileiros.

Os docentes ainda repudiam veementemente os métodos antidemocráticos adotados pelo partido, seja ao tentar restringir o debate dessa proposta pela sociedade civil e impedir a apresentação de emendas pelos parlamentares, seja ao ameaçar com expulsão os militantes do PT que discordam das posições recentemente assumidas pela direção do partido e pelo governo.